



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ATA DA REUNIÃO DO **COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, REALIZADA EM **30/06/2025, às 14h**, DE FORMA TELEPRESENCIAL, VIA TEAMS (PORTARIA Nº 2299/2025-GP, DE 6 DE MAIO DE 2025)

PRESENTES

1. CHARLES MENEZES BARROS – JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA;
2. DIEGO BAPTISTA LEITÃO - SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO;
3. MIGUEL LUCIVALDO ALVES SANTOS – SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS;
4. MAURÍCIO CRISPINO GOMES – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO;
5. TIAGO SILVA GUIMARÃES – SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA;
6. LUCIANA SÁ FERNANDES – COORDENADORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA;
7. LUCIANA MACHADO SILVEIRA MELLO – COORDENADORA DE GOVERNANÇA;
8. PAULA NANCY LIMA DIOCESANO GUERREIRO – SECRETÁRIA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC.

PAUTA

- 1- Apresentação de Resposta ao Relatório de Inspeção do CNJ

ASSUNTOS DISCUTIDOS

Aberta a 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Exmº Dr. Charles Menezes Barros, Juiz Auxiliar da Presidência, concedeu a palavra ao Secretário de TIC, Diego Baptista Leitão, que fez a leitura completa da pauta, tendo sido iniciada a análise dos itens na sequência apresentada.

1- Determinações e Ações Adotadas

O Secretário de TIC e a Coordenadora de Governança, Luciana Mello, apresentaram ao Comitê as respostas ao Item 9.5 do Relatório de Inspeção do CNJ. Sobre tais respostas, os membros debateram, uma a uma, as determinações a serem cumpridas. Sem, contudo, deliberar ações específicas sobre todos os itens, mas consignando suas respectivas ciências quanto às providências tomadas.

De início, a Coordenadora de Governança comunicou ao Comitê que uma das principais determinações do CNJ foi a respeito das **atualizações dos planos**, quais sejam: PDTIC (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação), PTD (Plano de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Transformação Digital), PGRTIC (Plano de Gestão de Riscos de TIC), PCN (Plano Gestão de Continuidade de Negócios) e Plano Anual de Capacitação de TIC. Nesse sentido, informou que, para realizar a atualização do Plano de Transformação Digital precisará da contribuição dos membros do Comitê, uma vez tratar-se de um plano de trabalho que perpassa por todas as unidades, tanto administrativas quanto judiciais. Ademais, consignou estarem sendo feitas as atualizações dos cinco planos para posterior publicação deles. Pontuou, em relação aos **Comitês de Governança de TIC e de Segurança da Informação**, que a atualização dos membros, determinada pelo CNJ em relatório, já se cumpriu, por meio da publicação de portarias, e que, portanto, os referidos Comitês foram reconstituídos. Informou, ainda, que os respectivos cronogramas estão sendo trabalhados pela equipe de Governança.

Em continuidade, o Secretário de TIC apresentou as respostas ao item 9.5.7, referente ao **Duplo Fator de Autenticação**, registrando estar implementado e em uso no PJe, e implantado na ferramenta SEL, porém ainda não disponibilizado ao usuário, pois preferiu aguardar um amadurecimento no manuseio do sistema para então liberar sua utilização, cuja previsão é breve.

Quanto à determinação de criação de uma **Rubrica Orçamentária de Segurança da Informação**, o Secretário de Planejamento sugeriu consultar o CNJ para confirmar se a alternativa indicada pela Coordenadoria de Orçamento atende ao requisito da determinação, reforçou que seja alinhado com o CNJ previamente para averiguar se a solução contábil encontrada será efetivamente aceita. A Coordenadora de Gestão Estratégica comprometeu-se a tentar contato com o CNJ acionando alguns membros de sua equipe. Todos os membros consentiram na realização das diligências de verificação da mencionada determinação diretamente junto ao CNJ.

O Secretário de TIC explicou ao Comitê como está sendo conduzida a realização dos plantões no âmbito da Secretaria, destacando a importância de se estabelecer critérios específicos para a concessão dos plantões técnicos e sobreaviso. Acrescentou já ter sido proposta, anteriormente, uma minuta de portaria sobre o tema, que foi por ele revisada início deste ano. A Coordenadora de Governança, Luciana Mello, destacou que esta determinação já foi indicada em um relatório de inspeção anterior (2023), só que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

tratada como recomendação. Concluiu sinalizando que, com a apresentação da minuta reavaliada pelo Secretário, ficou evidente os termos dos plantões e sobreavisos, assunto sobre o qual será realizada reunião específica entre SEPLAN, SGP e SETIC.

Na sequência, debateu-se sobre o cumprimento das demais determinações, com ações em andamento, quais sejam: a elaboração de uma Política de Gestão de Pessoas de TIC (proposta de gratificação em elaboração); cronograma de migração de 10.286 processos judiciais arquivados PROJUDI (até janeiro de 2026); detalhamento dos serviços críticos no Plano de Continuidade de Negócios (previsão de conclusão em 04/07/2025); e proteção de infraestrutura crítica (protocolos em desenvolvimento).

2- Recomendações e Medidas em Andamento

Quanto à resposta ao Item 9.6 do Relatório de Inspeção do CNJ, foram discutidas nove recomendações a serem implementadas, além das medidas escolhidas para viabilizar o integral atendimento ao mencionado relatório, com as seguintes atualizações:

- a) Normativas internas de governança de TIC** – Recomendação de publicação das atas de reunião dos Comitês de Governança no portal do Tribunal e no repositório do CNJ, estão sendo publicadas as respectivas atas.
- b) Capacitação em governança dos gestores de TIC** - Está em fase final de elaboração de projeto que conta com 4 (quatro) oficinas sobre governança de TIC.
- c) Nomeações para TIC:** SETIC no aguardo da realização de concurso para preenchimento das 26 (vinte e seis) vagas (com cargos já criados) disponíveis no edital do TJPA, tendo previsão garantida de 3 vagas (duas de sistema e uma de suporte) e 3 vacâncias, total de 6 (seis) para a área de TIC.
- d) Cronograma de atualização do PJe:** Sendo finalizado. **Migração do SEI:** Em execução, conforme instrução normativa da Presidência (IN 01/2025);
- e) Treinamento em segurança da informação:** Está contemplado no Plano Anual das Capacitações, aprovado pelo Comitê de Gestão da área de TIC, e publicado no Connect-Jus e no portal do TJPA.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

- f) Juiz Auxiliar de TI:** Recomendação do CNJ já repassada à Presidência e atualmente em análise pela alta gestão, SETIC à disposição, sem ingerências.
- g) Formulação de diretrizes de TIC:** Cronograma de reuniões dos Comitês em elaboração, e publicação nos portais das respectivas atas de reunião.
- h) Adoção de Soluções de Mercado:** Em estudo pela SGP para substituição do Mentorh. No aguardo de diretrizes do CNJ para sistema de precatórios.

O Comitê de Governança de TIC reunir-se-á novamente em 13 de agosto, às 9 horas.

Nada mais havendo a tratar, o Juiz Auxiliar da Presidência agradeceu a presença de todos e encerrou oficialmente os trabalhos, que iniciaram às 14h e finalizaram às 14:59h.

Eu, PAULA NANCY LIMA DIOCESANO GUERREIRO, Secretária do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, lavrei a presente ata, a qual subscrevo.

Belém, 30 de junho de 2025.